MEMORIAL

CONTRATO CELEBRADO ENTI FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRIC LATINA E PRIMASOFT INFORMÁTIC LTDA., PARA AQUISIÇÃO DE SOFTWAI SOPHIA PARA GESTÃO DO ACERV BIBLIOGRÁFICO DA BIBLIOTECA LATII AMERICANA VICTOR CIVITA.

Nº DO PROCESSO: **267.000249/2025-88**

CONTRATO FMAL n.º 06/2025

CÓDIGO ÚNICO: **20250486601**

A **FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA**, inscrita no CNPJ sob 61.571.923/0001-98, com sede a Avenida Mário de Andrade, 664, Barra Funda, CE 01156-001 São Paulo/SP doravante designada CONTRATANTE, neste ato representa por seu Diretor Administrativo e Financeiro em exercício, Sr. OFIR HUSSEIN DE GOD(LAPATE, RG nº 271900076 SSP/SP e CPF 250.850.828-42, e por seu Diretor de Atividad Culturais , e por seu Diretor do Centro de Estudos da América Latina – CBEAL, ROBERTO BERTANI, RG nº 97388166 e CPF nº 014.192.748-80, no uso da competên conferida pela legislação, e **PRIMASOFT INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ 69.112.514/0001-35**, com sede na Rua Euclides Miragaia, nº 433 – Salas 402 e 403 Centro São José dos Campos – São Paulo – CEP 12245-902, a seguir denomina "**CONTRATADA**", neste ato representado por seu administrador, Sr. FABRÍCIO LACERI BIAJOLI, portador do RG nº 11239952 SSP/MG e do CPF nº 054.855.406-43 e observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente Inexigibilidade de Licitação, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem e instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de aquisição de software Soph para gestão do acervo bibliográfico da Biblioteca Latino-Americana, conforme detalhame e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta

Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	***ESPECIFICAÇÃO***	***CATMAT***	***UNIDADE DE MEDIDA***	***QUANTIDADE TOTAL***	***VALOR UNITÁRIO***	***VALOR TOTAL***
1	*Aquisição de software Sophia*	*27502*	*Unidade*	*12*	*2.774,69*	*33.298*

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. A Proposta do Contratado;

1.3.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados;

1.3.4. Despacho de Inexigibilidade.

1.4. **O fornecimento do objeto será contínuo**, devendo ser realizado de forma regular ininterrupta e conforme a demanda da Fundação Memorial da América Latina, garantindo atendimento integral das necessidades da Administração durante a vigência contratual conforme as condições, prazos, locais e quantidades estabelecidas no Termo de Referência ou instrumento equivalente.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da ordem de serviço, prorrogável por até 10 (dez) anos, a critério do Contratante, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1. O Contratado poderá se opor à prorrogação de que trata a subdivisão acima desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo Contratante em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

2.1.2. Dentre outras exigências, a prorrogação de que trata a subdivisão acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração e em harmonia com os preços

mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido, permiti a negociação com o Contratado.

2.1.3. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, e não pode pleitear qualquer espécie de indenização em razão da não prorrogação do prazo vigência contratual por conveniência do Contratante.

2.1.4. Eventuais prorrogações de contrato serão formalizadas mediante celebraç de termo aditivo, respeitadas as condições prescritas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o Contratado tiver s penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licita contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

2.1.6. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, a vigência nos exercíc subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condições resolutiv consubstanciadas:

I - na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de ca exercício para atender as respectivas despesas, acarretando a extinção do contrat partir de sua ocorrência; ou

II - na ausência de vantagem para o Contratante na manutenção do contrato, des que o Contratante comunique ao Contratado a opção pela extinção do contrato com menos 2 (dois) meses de antecedência em relação à próxima data de aniversário contrato, acarretando a extinção do contrato a partir da referida data de aniversá contratual.

2.1.7. Ocorrendo a resolução do contrato, com base em uma das condiçõ resolutivas estipuladas na subdivisão acima desta cláusula, o Contratado não terá dire a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUA (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A forma de fornecimento, os modelos de gestão e de execução, assim como prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante de Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objet
contratual.



CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação é de R$ 2.774,69 (dois mil, setecentos e setenta e qua
reais e sessenta e nove centavos), perfazendo o valor total de R$ 33.296,28 (trinta e t
mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos).

5.2 No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indire
decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos socia
trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, fre
seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente
contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa
pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributá
diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 1
de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administraç
tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a s
proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referen
encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante de
Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente ajustados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de 1 (um) a
contado da data da assinatura deste instrumento.

7.2 É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso
prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) an
contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado,
preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice
Índice de Preços ao Consumidor (IPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas
concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (u

7.3 No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (u ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratar pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidand diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ã obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituiçã o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão nc índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de ter aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreçõ verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigi no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento d obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimer do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Ter de Referência;

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Esta para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante descumprimento de obrigações pelo Contratado;

descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamaçõ relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimen manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para boa execução do ajuste, observado o prazo para decisão, a contar da conclusão instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça pra específico;

8.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômi financeiro feitos pelo Contratado no prazo contado a partir da conclusão da instrução

requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.10 Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregad prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legai regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, c suas alterações subsequentes.

8.2 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômi financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresenta documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos p Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de se profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aque constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo co exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 Designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividade pelos contatos com o Contratante;

9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de aco com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 Comunicar ao Contratante, assim que possível e com a devida antecedên em relação à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do pra previsto, com a devida comprovação, caso ocorrida tal circunstância;

9.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contr ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar to esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no to ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificare vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do obje bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a tercei em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilida a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que fic

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos

9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos háb de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao se responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguint documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da Uni 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distr e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigic para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos negativa, de Débitos Trabalhistas;

9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações e encarg trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e os demais previstos em legislaç específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e n poderá onerar o objeto do contrato, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021

9.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrên anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não est sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação direta;

9.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdên Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras norm específicas (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.13 Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivis acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados q preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por s indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, m que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.16 Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança Contratante;

9.1.17 Alocar os profissionais necessários, com habilitação e conhecimer adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, empregando materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantida qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislaç de regência;

9.1.18 Orientar e treinar seus profissionais sobre os deveres previstos na Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dac pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislaç pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limp local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplir

9.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovaç quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, 2021;

9.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesse anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, n permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho notur perigoso ou insalubre.

9.2 Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 20 o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraud corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangei de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem qu que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por co própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensaç vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepost colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1 O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima pod submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, s prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3 O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, d

MEMORIAL

9.3.1 agente público de órgão ou entidade contratante, ou terceiro que auxilie condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissio especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técni nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2 pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômi financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou c agente público que tenha desempenhado função no certame ou atue na fiscalização na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha re colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3 pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 Lei nº 14.133, de 2021.

9.4 O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.8 de 4 de setembro de 2024.

10 CLAUSULA DECIMA– GARANTIA DE EXECUÇAO (art. 92, XII)

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIV/ (art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contrata que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administraç ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação s motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infraçõ acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quan não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.1 de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíne "b", "c" e "d" da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposiç de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" da subdivisão anterior desta cláusu bem como nas alíneas "b", "c" e "d" da referida subdivisão, que justifiquem a imposiç de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

Multa: Conforme Portaria FMAL 27/2024 – doc. sei 0063454966

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei 14.133, de 2021).

11.4 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previs neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no pra de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.1 de 2021).

11.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda des valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentaç que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 1 § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme norma orientações dos órgãos de controle.

11.7 As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificac como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, r

mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre q utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilíci previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse ca todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos se administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da da de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções p ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade pa licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequênc previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, 2021.

12.1.2 O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 1 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.3 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empre não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir contrato.

12.1.3.1 Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudar em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por ter aditivo.

12.2 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

12.2.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3 Indenizações e multas.

12.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de event desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por m de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4 Se for constatada irregularidade no certame ou na execução contratual, caso n seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestaçã participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1 No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à co de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotaç abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 121201

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 13392122157910000

IV. Elemento de Despesa: 339040

V. Plano Interno: 000.000.0100

VI. Nota de Empenho:2025NE00149

13.2 Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relat ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilament

MEMORIAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1 Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 202 disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na

nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguint da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado contrato.

15.3 Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, r casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do adit ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo ter aditivo.

15.5 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados p simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, b como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei nº 14.1 de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para diri quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem s resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presen instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e p Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, ser assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, na data da assinatura digital.

Pela FUNDAÇÃO

OFIR HUSSEIN DE GODOY LAPATE
Diretor Administrativo e Financeiro
Em exercício
RG 271900076 CPF 250.850.828-42

ROBERTO BERTANI
Diretor do CBEAL
RG 97388166 CPF 014.192.748-80

Pela CONTRATADA:

FABRÍCIO LACERDA BIAJOLI,
Administrador
RG 11239952SSP/MG CPF nº 054.855.406-43

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG nº
CPF nº

Nome:
RG nº
CPF nº

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
AV. MÁRIO DE ANDRADE, 664 – BARRA FUNDA – CEP: 01156-001 – SÃO PAULO – SP
PABX: 11 3823-4600
www.memorial.org.br

Contrato 06/2025 (0068921171) SEI 267.00000249/2025-88 / pg. 16

Termo de Referência 30/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2025	121201-ESP-FUND. MEMORIAL DA AMERICA LATINA	RAIANE KELY CARVALHO FELIX	04/04/2025 12:3 2.0)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administra
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	15/2025	267.000002 /2025-04

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Software para gestão do acervo bibliográfico da Biblioteca Latino-Ameri Victor Civita, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas n instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR T
1	Software para gestão do acervo bibliográfico da Biblioteca Latino-Americana Victor Civita			12 meses		R$ 33.296

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decre 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, confo consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Aquisição e Catalogação

- Registro e catalogação de novos itens de acordo com padrões biblioteconômicos internacionais;
- Inserção detalhada dos livros, documentos e outros tipos de materiais.

Armazenamento e Preservação

- Armazenamento seguro dos dados do acervo;
- Repositório digital integrado para armazenamento e fácil recuperação dos objetos;
- Capacidade de preservar objetos digitais ao longo do tempo, com backup e proteção contínuos;

Acessibilidade e Consulta

- Interface amigável e acessível para usuários;
- Funcionalidade de busca e consulta eficiente via catálogo online;
- Possibilidade de exportar dados para impressão ou envio por e-mail, facilitando o acesso uso das informações.

Suporte e Manutenção

- Atualizações automáticas do sistema, garantindo sua constante evolução;
- Suporte técnico especializado para manutenção e resolução de eventuais problemas operacionais.

Escalabilidade

- O software permite que a biblioteca amplie o uso conforme o crescimento do acervo, mantendo a eficiência e a organização.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, de ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14. de 2021

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução da contratação do sistema SophiA será realizada com a entrega do software conf as condições acordadas. Após a formalização da contratação, a empresa fornecedora responsável pela entrega do sistema SophiA, em conformidade com as especificações descrita contrato. A partir dessa entrega, a instituição ficará responsável pela instalação e operaçã sistema.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláus avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequê de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronogram execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por es sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse f

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providê que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade po convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do p de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismo

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execuçã contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, de outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpr todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados pa Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato toda ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário pa regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1 Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato em notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a corre (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adot medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apraza o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decret 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contra (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitaçã contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalizaçã apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertine caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do con atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que t as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022 23, IV).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamen fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências,

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administra (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de t as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.24 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contrat para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo no da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.24 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fis técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contrat com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivam definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de at de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativ responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que tra art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas pa aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos pa formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação e medição do serviço será realizada diariamente.

7.1.1 Será indicada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, prejuízo das sanções cabíveis, caso se conste que a contratada:

7.1.1.1. Deixar de fornecer com qualidade mínima as atividades contratadas;

Liquidação

Liquidação

7.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até t
dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termo
art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrument
cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do docume
tais como:

7.3.1. o prazo de validade;

7.3.2. a data da emissão;

7.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.3.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.3.5. o valor a pagar; e

7.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente
circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contra
providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regulariz
da situação, sem ônus ao contratante;

7.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriam
acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-lin*
SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos s
eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção
condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âm
do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o P
Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26
ABRIL DE 2018).

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado,
providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize
situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez
igual período, a critério do contratante.

7.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contrat
deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quan
inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado,
que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de s
créditos.

7.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à resc contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a a defesa.

7.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junt SICAF.

Prazo de pagamento

7.11. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 dias após a emissão da Nota Fiscal;

7.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualiz monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agên conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem ban para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, s retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legisl vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Compleme nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abranç por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprova por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na ref Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispens licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I da Lei n.º 14.133/ .

Forma de fornecimento

8.4. O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.5. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprim das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a imp mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Ger União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

8.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu s majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impo ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar co Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.7. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impedi Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontada Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecim similares, dentre outros.

8.9. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativ contratação.

8.10. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verifi por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.11. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, s aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atest de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natu comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de número documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralizaçã recolhimento dessas contribuições.

8.15. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que s exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.16. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.17. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a carg Junta Comercial da respectiva sede;

8.18. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreend Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.19. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identifi como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitu estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Come da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no B publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa ond localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua s conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.21. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídica local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.22. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde o com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.23. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia q aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pes Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1 dezembro 1971.

8.24. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, a outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvim Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.25. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que compro qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 97 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.26. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações o consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.27. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pes Físicas, conforme o caso;

8.28. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de cer expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procurad Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à D Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Fe do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.29. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.30. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigos insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condiçã aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.31. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediar apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943

8.32. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distr* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível o objeto contratual;

8.33. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital]* do dom ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.34. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital] ou [Muni /Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediant apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equival na forma da lei.

8.35. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferi benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, es dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R$): 33.296,28

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 33.296,28 (trinta e três mil, duzentos e nov e seis reais e vinte e oito centavos).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos especí consignados no Orçamento Geral da União.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.5 de 13 de novembro de 2020.

ROBERTO BERTANI

Autoridade competente

Assinou eletronicamente em 04/04/2025 às 12:39:19.

APARECIDA DA GRACA GUIMARAES

Responsável pela contratação direta

Assinou eletronicamente em 04/04/2025 às 12:33:24.

MEMORIAL

ANEXO II

PROPOSTA

FUNDAÇÃO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA
AV. MÁRIO DE ANDRADE, 664 – BARRA FUNDA – CEP: 01156-001 – SÃO PAULO – SP
PABX: 11 3823-4600
www.memorial.org.br

São José dos Campos, 03 de março de 2025.

À
Fundação Memorial da América Latina

Conforme sua solicitação, estamos lhe enviando uma **Proposta Comercial** para o **Contrato de Manut e Hospedagem** do software **SophiA Biblioteca**, para sua análise e posterior contato.

Item	Descrição Produto	Valor
1	**Manutenção** da cessão de uso **do sistema SophiA Biblioteca nº serie 6350**	R$ 2.260,77 (
2	**Hospedagem** da cessão de uso **do sistema SophiA Biblioteca nº serie 6350**	R$ 513,92(

	Total Manutenção + Hospedagem- 12 meses	**R$ 33.296,2**

Esta proposta aplica-se:

- A Prima é a única empresa desenvolvedora e proprietária dos respectivos códigos-fontes dos sistemas, por sua vez a única capaz de prestar os serviços de melhorias (evoluções e correções), bem autorizar, homologar e capacitar empresas terceiras em tais atividades.
- Para que os clientes possam ter acesso aos serviços de manutenção, suporte técnico e atualizaçõ sistemas, necessitam ter contrato de manutenção com pagamento de mensalidades, conforme perío vigência a ser definido entre as partes,

Esta proposta compreende a prestação dos serviços:

- Recebimento de todas as atualizações do software que ocorrerem durante o período do contrato atualizações serão enviadas automaticamente (disponibilizadas no site da Prima) e sem custos ext contrato, assim que forem lançadas no mercado.
- Direito de receber versões sempre atualizadas com as mais recentes melhorias que, a critério da venham a ser introduzidas no programa.
- Alterações no software para atenderem necessidades específicas e sugestões em caráter geral, registradas e poderão ser implementadas em versões futuras (mediante votação da lista com a relaç sugestões registradas, que acontece antes do lançamento de cada nova versão), ou também, aos ca necessidade imediata, através de Proposta Comercial para realização da adequação.
- Correção de toda e quaisquer anomalias do sistema (comportamento do sistema em desacordo previsto pela documentação técnica do sistema, pode ser sanada única e exclusivamente pela alte do programa fonte) durante a vigência deste contrato. Uma edição com as correções destas ano será enviada sem ônus, tão logo esteja disponível.
- Os serviços serão executados nas dependências da Prima e a interação com cliente será atrav consultas por telefone, fax, correio eletrônico ou quaisquer outros meios de comunicação a distânc
- Estão cobertos, também, por esta proposta a assistência técnica e suporte de utilização, ambas re ao programa, através de consultas telefônicas, por correio eletrônico, fax ou quaisquer outros me atendimento à distância que vierem a ser disponibilizados.
- Embora não seja prática usual de atendimento, eventualmente poderá ser realizada visita de um t da Prima às suas dependências, para isso terá valores e condições especiais para contrataç treinamento (recomendado, porém opcional) e visita técnica (caso seja necessário).
- A recuperação dos dados que o sistema armazena e manipula, no evento de uma anomalia, é de responsabilidade do cliente.
- Possível contratação aos clientes que estiverem na última versão do sistema.

Condições adicionais:

- A Prima não pode, em virtude da natureza e complexidade do sistema, garantir que a operação do si dar-se-á de forma ininterrupta e livre de erros.

- A Prima assume a responsabilidade, de prestar serviços contínuos e usar as melhores técnicas para r o serviço objeto desta proposta, durante o período do contrato.

O tempo de retorno a uma solicitação do cliente não excederá oito horas úteis. Chamadas efetuadas a 15:30 horas serão consideradas como feitas às 9:00 horas do dia seguinte de expediente normal da Prin

Suporte técnico:

Os serviços serão executados nas dependências da Prima e a interação com o cliente será através d
restrita no site da Prima para envio de mensagens (atendimento off-line) ou chat (atendimento or
telefone, fax e e-mail, para resolução de dúvidas e problemas. Atendimento em português.

O horário de atendimento é das 09:00h às 17:45h (horário de Brasília) e nossos contatos são:

- Telefone: (12) 2136-7200
- E-mail: suporte@sophia.com.br

Disponibilizamos também da Área do Cliente (http://arearestrita.prima.com.br), que é uma ferramenta
exclusivo para clientes da Prima, na qual poderão acompanhar as ocorrências em aberto para as uni
Será fornecido aos envolvidos na implantação um usuário e senha para acessar essa ferramenta.

- Não fazemos e não recebemos ligações via Skype para atendimento do suporte.

Em um primeiro instante o objetivo do suporte é diagnosticar a dúvida ou problema. Se o suporte técni
reproduzir a não conformidade em ambiente padrão, será necessário o agendamento para análise de b
dados ou acesso remoto a máquina do cliente.

Essa avaliação pode resultar:

- Em um atendimento de suporte, cujo objeto é sanar dúvidas pontuais ou identificar problemas;
- Ser detectado a necessidade de treinamento. Neste caso o nosso departamento comercial irá entr
  contato para apresentar uma proposta;
- Ser detectada uma necessidade da instituição não contemplada pelo software. Neste caso, a q
  poderá ser tratada como sugestão ou adequação do sistema.

Ser detectada uma necessidade de correção no software. Neste caso, será enviada pelo supo
departamento desenvolvimento a solicitação de correção. A liberação da correção será realizada atra
build seguindo o prazo de liberação conforme calendário de builds já determinado.

Considerado para hospedagem

Em nuvem privada, em data center terceirizado do (s) software(s) identificado(s) e dos dados.
Condições de utilização:

- Para cada ponto de acesso ao sistema é necessário o link mínimo de internet de 1 Mb/s de
  download e 0,5 Mb/s de upload exclusivo ao sistema.
- Transferência ilimitada de dados.
- Disponibilidade do data center terceirizado de 98%.
- O software será atualizado pela equipe de suporte da Prima, sem interferência por parte do c
  em periodicidade definida pela Prima. As novidades do software, em cada atualização, f
  disponíveis no site da Prima
- Backup diário no próprio data-center, também realizado pela Prima.

Caso seja necessário ampliar a quantidade de operadores e espaço em disco, no futuro, deverá ser soli
proposta comercial específica.
Será realizado um backup semanal dos dados, englobando banco de dados e arquivos avulsos. Uma
destes dados poderá ser enviada ao cliente, por meio eletrônico, sob demanda.
O software será atualizado pela equipe de suporte da **Prima**, sem interferência por parte do clien
periodicidade definida pela **Prima**. As novidades do software, em cada atualização, ficarão disponíveis
da **Prima**.

da **Prima**.

Condições Gerais:

Condição de pagamento: Mediante execução;
Forma de Pagamento: Boleto Bancário
Reajuste do Contrato de Manutenção: Poderá ser revisto anualmente, ou em periodicidade menor s permitir, ficando eleito o IPC – FIPE.
Vigência do Contrato: 12 meses
Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias corridos a partir da sua data de envio;

Dados Cadastrais:

Primasoft Informática Ltda.
Rua Euclides Miragaia ,433 salas 402/403 – Centro
12245-902 – São José dos Campos – SP
CNPJ: 69.112.514/0001-35
Inscrição Estadual: Isento

Dados Bancários:

Banco do Brasil S/A
Agência n.º. 2513-5
Conta Corrente n.º. 5704-5.

Responsável pela assinatura do Contrato:

Fabrício Lacerda Biajoli
Diretor
C.P.F.: 054.855.406-43
R.G.: 11.239.952 SSP/MG

Estamos à sua inteira disposição para esclarecimentos de quaisquer dúvidas através do e-mail ***contratospublicos@sophia.com.br*** ou pelo telefone ***(12) 2136-7200***.

Fabrício Lacerda Biajoli

_____

Assinatura do Responsável Legal
Fabrício Lacerda Biajoli
C.P.F.: 054.855.406-43
R.G.: 11.239.952 SSP/MG

PRIMASOFT INFORMATICA LTDA
CNPJ: 69.112.514/0001-35
NOVO ENDEREÇO:
RUA EUCLIDES MIRAGAIA, 433, SALAS 402/403

Documento assinado eletronicamente por **Fabrício Lacerda Biajoli registrado(a) civilmente como FABRICIO LACERDA BIAJOLI**, **Usuário Externo**, em 29/05/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Ofir Hussein de Godoy Lapate**, **Diretor Administrativo e Financeiro**, em 30/05/2025, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Roberto Bertani**, **Diretor do CBEAL - Centro Brasileiro de Estudos da América Latina**, em 30/05/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0068921171** e o código CRC **5D9389F3**.